

Rios Voadores: ex-servidor do Ibama é impedido de exercer cargo de chefia

Categories : [Notícias](#)

No dia 30 de janeiro, o juiz federal Ruy Dias de Souza Filho assinou liminar notificando o Ibama de que o ex-gerente do órgão em Sinop (MT), Waldivino Gomes Silva, está proibido de assumir qualquer cargo de direção e chefia na autarquia. O motivo para tal proibição é que Waldivino é acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de atuar no esquema criminoso que promoveu o maior desmatamento já ocorrido na Amazônia.

A investigação do MPF teve início no ano passado e descobriu que Waldivino fornecia informações privilegiadas sobre ocorrência de fiscalizações para o grupo de desmatadores liderado por Antônio José Junqueira Vilela Filho, o AJ Vilela ou Jotinha, que comandava o esquema de São Paulo. A força-tarefa da operação Rios Voadores descobriu ainda a participação da esposa de Waldivino, Obalúcia de Sousa no esquema.

Além das informações sobre fiscalização, Waldivino Silva ajudava o grupo cometendo ilegalidades na condução de procedimentos administrativos dentro do Ibama, como a devolução de equipamentos que eram apreendidos nas ações de fiscalização à empresa que trabalhava para o grupo de AJ Vilela. Silva não registrava a devolução dos materiais e não comunicava ao núcleo de instrução processual da autarquia, ação que levou o MPF a denunciar o ex-gerente do Ibama por sonegação de documento.

Além do casal, foram denunciados Jerônimo Braz Garcia, um dos fornecedores dos equipamentos para o desmate e executores do desmatamento, e Wanderley Ribeiro Gomes, por desmatamento e corrupção.

Histórico

AJ Vilela é considerado [o maior desmatador da história recente da Amazônia](#). Filho de um pecuarista milionário de São Paulo, Jotinha, como também é chamado, operava um esquema sofisticado que envolvia desmatamento em série, grilagem de terras públicas, lavagem de dinheiro, falsificação e trabalho escravo no Pará. A operação Rios Voadores, que prendeu a quadrilha, foi deflagrada em 30 de junho de 2016, após dois anos de quebras de sigilo bancário e interceptações telefônicas.

O grupo de acusados, segundo o MPF e o Ibama, é responsável pelo desmate, entre 2012 e 2015, de 330 quilômetros quadrados de florestas em Altamira, no Pará. A área é equivalente ao território de municípios como Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) ou Recife (PE). O esquema

conseguiu movimentar pelo menos R\$ 1,9 bilhão.

Os envolvidos no esquema podem pegar penas de até 238 anos de prisão, multas, pagamento de R\$ 503 milhões em prejuízos ambientais, recuperação da área ilegalmente desmatada, demolição de edificações construídas em áreas irregulares, e proibição, por até dez anos, de acessar linhas de financiamento ou benefícios fiscais oferecidos pelo poder público.

**Com informações da assessoria de imprensa do Ministério Público Federal no Pará*

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/reportagens/o-grileiro-dos-jardins/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/maior-desmatador-da-amazonia-e-denunciado-pela-segunda-vez-a-justica/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/policia-federal-desmonta-quadrilha-de-desmatadores-comandada-de-sao-paulo/>